CAPÍTULO 76

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA IDOSOS E ILPI's EM BELÉM/PA: Análise sobre o processo de envelhecimento a partir do Estatuto do Idoso

DOI 10.4322/978-65-995353-2-1.c76

**Luana Lisboa Lopes¹, Sthefani Barroso Ferreira², Cibelly Theilon Ferreira Pereira³,
Paula Samara Rodrigues do Nascimento⁴, Alessandro Bararuá Maia⁵, Marinara Melo da
Silva⁶, Douglas Pessoa dos Santos⁷, Flávio Maia do Amaral⁸, Eliany Cristina dos Santos
Fonseca⁹, Karla Jamilly de Sousa e Silva¹⁰.**

¹Universidade Federal do Pará, (llopes.1170@gmail.com)

²Universidade Federal do Pará, (sthefanibarroso@yahoo.com.br)

³Universidade Federal do Pará, (cibellytheylon@gmail.com)

⁴Universidade Federal do Pará, (paula.samara.rn@gmail.com)

⁵Universidade Federal do Pará, (alexmbararu@gmail.com)

⁶Universidade Federal do Pará, (marinaramelossocial@gmail.com)

⁷Universidade Federal do Pará, (santosdouglasdps@gmail.com)

⁸Universidade Federal do Pará, (mrl.flavio@gmail.com)

⁹Universidade Federal do Pará, (eliany11santos@gmail.com)

¹⁰Centro de Referência de Assistência Social de Baião/Universidade Federal do Pará,
(karlajamillyss26@hotmail.com)

RESUMO

Objetivo: O presente trabalho objetivou identificar Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's) em Belém/PA, assim como, buscou-se realizar um breve contexto histórico da construção da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), e em especial a correlação das/os Assistentes Sociais na aplicabilidade das políticas sociais vinculadas à referida Lei, frente aos seus limites e possibilidades. **Método:** A pesquisa apresenta uma abordagem metodológica de caráter qualitativa, com coleta de dados bibliográficos e documentais. **Resultados e Considerações Finais:** Em síntese, percebe-se a carência de ILPI's no município de Belém do Pará o que torna ainda mais complicado o processo de envelhecimento, pois as políticas existentes não são suficientes para atender as necessidades da população idosa, em especial dos que vivenciam situações de vulnerabilidade socioeconômica, espaço em que o profissional de

Serviço Social pode atuar como um educador social, na orientação social e articulação com as demais políticas sociais.

Palavras-chave: Estatuto do Idoso; ILPI's; Envelhecimento; Serviço Social; Política Pública.

Área Temática: Ciências Sociais Aplicadas

E-mail do autor principal: llopes.1170@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Para chegar à construção efetiva do Estatuto do Idoso, percorreu-se uma longa trajetória que teve como ponto de partida a percepção do ato de envelhecer, caracterizada pelos seus fatores biopsicossociais. O envelhecimento da população é uma temática que gera muitas discussões principalmente no que diz respeito a compreensão sobre o que é velhice, visto que é uma fase de inovações e de inúmeros desafios enfrentados no seu cotidiano.

Ao analisar as mudanças que ocorrem durante o processo do envelhecimento, é possível observar diversas mudanças nos seus hábitos, crenças e de outras características presentes nesse período da vida, que passam a ser conhecidas como a terceira idade. A noção de velhice emergiu no período de transição do século XIX para o XX, a partir da construção de novos saberes médicos que passaram a aprofundar seus estudos e pesquisas sobre o processo de envelhecimento, o que mais tarde passou a ser denominada como gerontologia (SILVA, 2008). Com destaque, a temática do envelhecimento só ganhou espaço na esfera científica social devido ao fenômeno do crescimento populacional de pessoas de 60 anos ou mais, tornando a velhice um “problema social”, motivado por consequências econômicas que abalaram tanto a estrutura financeira empresarial – e posteriormente do Estado, com o advento das aposentadorias – quanto as estruturas das famílias, que até então tinham como responsabilidade exclusiva o custeio e manutenção de vida desse segmento populacional (SILVA, 2008; PEIXOTO, 1998).

O termo velhice remonta à França, século XIX, caracterizado pelas pessoas que não podiam assegurar seu futuro financeiramente, isto é, os indigentes, despossuídos de bens, pessoas de faixa etária de 60 anos que não tinham status social e que, por isso, denominavam-se velhos. Por outro lado, os que desfrutavam desse status, detendo bens e patrimônio, eram reconhecidos facilmente como símbolo de respeito e assim, designados como idosos (PEIXOTO, 1998). No Brasil, assim como na França, os termos “velho” e “idoso” possuíam um grau de definições sociais distintas. Esse cenário pode ser certificado pelas casas de acolhimento ou de longa permanência existentes no período. Usualmente utiliza-se “Casa de

apartamentos para idosos” para designar um conjunto residencial, onde se era possível viver confortavelmente, tendo em vista que esse local dispunha de amplos serviços (médico, social, e de lazer) para o bem estar de quem ali vivesse. Por outro lado, o “Lar da velhice”, tinha uma estrutura menor, que contavam com serviços escassos, de pouco investimento. Embora ambos tivessem definições semelhantes, o tratamento dado a um certo grupo dentro dessa faixa etária, por sua vez, era diferente do outro: o “Lar” para os velhos e pobres, e a “Casa de apartamentos” para os idosos pertencentes às camadas mais favorecidas (PEIXOTO, 1998).

Entende-se que as concepções correspondentes a velhice, historicamente se constituíram em contextos delimitados pelo processo de exclusão social, uma vez que a população pobre na medida em que envelhecia, se reforçava ainda mais a lógica de marginalização. Embora tenha ocorrido o eufemismo na utilização dos termos de velho para idoso, ou com a inserção de serviços e atividades que configuram a terceira idade, considera-se importante analisar e discutir como se apresenta esse segmento populacional na atualidade, com o protagonismo que o Estatuto do Idoso – mote deste trabalho – possui enquanto legislação vigente de proteção e direitos sociais à população idosa no Brasil.

Tendo em conta o Pará, um Estado que concentra uma grande parte da população idosa do Brasil, e mais especialmente o município de Belém, é interessante identificar as ILPI's na região, com a finalidade de auxiliar e aperfeiçoar o funcionamento dessas instituições para a pessoa idosa. Isto posto, este trabalho foi construído a partir de análise e estudos referente ao Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741/2003, no qual buscou-se identificar as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's) existentes no município de Belém do Pará, tal como a importância da sua execução para este segmento populacional. Ademais procurou-se abordar a relação da temática com o Serviço Social, no que tange às suas políticas, suas necessidades presentes e futuras para a população que mais têm crescido nas últimas décadas: idosos e idosas.

2 MÉTODO

Para a contextualização e análise do problema, realizou-se análise documental, como as legislações referente a temática, pesquisa de revisão bibliográfica de caráter qualitativa por meio de fontes científicas resultante de livros e artigos, e ainda uma pesquisa na web, através

do Google, com o termo “Instituições de Longa Permanência para Idosos no Pará Q-8711-5/02¹”, a fim de identificar as ILPI’s existentes na região.

3 BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO ESTATUTO DO IDOSO

Foram cerca de 20 anos até que houvesse a aprovação do Estatuto do Idoso pelo Congresso Nacional, levando um longo tempo de luta para a formulação e fundamentação dessa política em prol das pessoas idosas. Por volta do início dos anos 80 várias entidades discutiam sobre os direitos sociais dos idosos, que foi consequentemente se consolidando a partir da metade da década de 1990. Essa luta alcançou em janeiro de 1994, a aprovação da Lei nº 8.842, referente a Política Nacional do Idoso, que cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. A Política Nacional do Idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais da pessoa idosa, pessoas maiores de 60 anos de idade, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, a lei dispõe sobre os princípios, diretrizes, organização, ações governamentais e disposições gerais que deverão orientá-la. Contudo, várias medidas de proteção e ações previstas nesta lei não estavam sendo ao menos aplicadas, e por se tratar de uma lei abrangente, seria necessário uma política que viabilizasse, orientasse e pudesse conduzir todas as ações e direitos referentes aos idosos.

Nesse sentido, dois projetos de lei do Estatuto do Idoso foram postos em proposta no Congresso Nacional. O primeiro em 1997, de autoria de Paulo Paim, Deputado Federal do Rio Grande do Sul na época, e o segundo em 1999, de autoria do Deputado Federal de Santa Catarina nesse período, Fernando Coruja – o segundo projeto demonstrava equívocos e dificuldades na sua execução. Em julho de 2001, a Câmara dos Deputados resolveu criar uma Comissão Especial para analisar os projetos de leis referente aos idosos, logo em seguida, essa mesma Comissão teve a ideia de realizar um seminário sobre o Estatuto do Idoso, com o objetivo de discutir os referidos projetos com a intenção de uni-los em um único projeto. Com isso, o projeto do Estatuto tramitou por cerca de dois anos no Congresso, vindo a ser aprovado em outubro de 2003, mas que foi vigorado apenas dia 1º de outubro de 2004.

O Estatuto do Idoso (Lei nº 10.74/2003) é uma lei orgânica do Estado brasileiro que tem como propósito regulamentar os direitos destinados às pessoas com idade igual ou maior que 60 anos que vivem no país. De maneira elucidativa, o Estatuto do Idoso nada mais é que uma conclusão final de um grande esforço entre várias entidades voltadas para o asseguramento dos

¹ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Q-8711-5/02 é uma subclasse que envolve atividades de assistência social a idosos sem condições financeiras para se manterem, executadas em estabelecimentos públicos, filantrópicos ou privados.

direitos do idoso no Brasil. Dentre essas entidades estão a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, assim também, aquelas que reúnem entre outros representantes, como os parlamentares do Congresso Nacional. Em síntese, é evidente que o Estatuto do Idoso reflete um grande avanço na proteção jurídica dos sujeitos considerados idosos na sociedade brasileira, segundo o próprio Estatuto. Todavia, é de fundamental importância que todos eles e seus familiares, tomem consciência dos seus direitos, de maneira que se tornem sujeitos empoderados.

Dentro desse contexto de aumento da população brasileira, aumento da expectativa de vida da população, assegurar direitos, inúmeras mudanças socioculturais e econômicas, é necessário o respaldo da legislação, principalmente do Estatuto do Idoso, e o fortalecimento de políticas públicas que visem o bem estar destes idosos. Inserido neste processo, está o de acolhimento das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI's) que faz parte de um serviço de Proteção Social de Alta Complexidade dos Serviços Socioassistenciais o qual é considerado a utilização do mesmo, geralmente em casos excepcionais como o de violência, situação de rua, aplicação de medida de proteção ou em outras situações que provoquem dano à vida do idoso.

As ILPI's, segundo a Lei nº 10.741/2003, governamentais e não-governamentais estão sujeitas a inscrição junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e do Conselho Municipal da Pessoa Idosa ou, na sua ausência, ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, ou seja, mesmo que algumas destas instituições sejam de cunho filantrópico, é preciso que as organizações fiscalizadoras governamentais verifiquem o trabalho realizado, ratificando se as necessidades dos idosos estão sendo atendidas, se está sendo promovido a inclusão social desse público, se a equipe profissional está conseguindo dar o suporte necessário e outros.

4 INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI's) EM BELÉM/PA

No Brasil ainda não há um consenso sobre o que seja as ILPI's, por mais que sua origem esteja relacionada aos asilos, – uma das modalidades mais antigas que existem, destinadas às pessoas que careciam de abrigo mediante a ausência de políticas públicas – geralmente estão correlacionadas a imagens negativas e de preconceitos, por ser considerado um local em que o idoso espera o tempo de sua morte (CAMARANO; KANSO, 2010; NOVAES, 2003; BORN, 2001). Em vista disso, o envelhecimento da população tem gerado preocupação no que se refere aos cuidados que irão exigir devido ao seu crescimento populacional, visto que eles necessitam

de atenção e cuidado integral, por ser uma fase em que há redução da capacidade física, cognitiva e mental. De acordo com o Art. 3º da Lei nº 10.741/2003 “é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação [...]”, dentre outros, todavia percebe-se que muitos idosos não possuem familiares que possam dispor de tempo integral para o seu cuidado, resta então ao Estado e ao mercado privado elaborar alternativas para o cuidado à pessoa idosa, com a criação de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI’s). Isto posto, Camarano (2016), parte da afirmação que,

Assume-se que os residentes das Ilpis são pessoas que nunca tiveram ou perderam familiares próximos, que experimentam conflitos familiares e/ou que não têm condições físicas ou mentais de administrar o seu cotidiano nem de garantir o seu sustento. Homens e mulheres vivendo sós apresentam uma probabilidade maior de viver em uma instituição, especialmente mulheres. As razões para isto não são muito claras, mas a maior probabilidade de uma mulher residir em uma instituição pode ser devido ao fato de elas serem mais velhas, terem piores condições de saúde e de capacidade funcional além de uma posição desfavorecida nos arranjos familiares (CAMARANO, 2016, p. 495).

Em conformidade com o Título II, dos Direitos Fundamentais do Estatuto do Idoso, especialmente em seu capítulo IX, que trata sobre habitação, é exposto no Art. 37 que a pessoa idosa possui o direito à moradia digna, seja com a sua família ou em instituição pública ou privada, e ainda a assistência integral na categoria de longa permanência em casos de inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou ausência de recursos financeiros. No que diz respeito ao funcionamento dos ILPI’s, pode-se localizar na Lei nº 10.741/2003, de modo mais direcionado e específico, no Título IV (Da Política de Atendimento ao Idoso), dos capítulos II ao VI, uma série de critérios, normas, mecanismos de fiscalização e penalidades para o descumprimento das orientações, visando garantir funcionamento adequado de espaços que se proponham a oferecer serviço de atendimento e acolhimento aos idosos.

À vista disso, conforme o Relatório da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) de 2020, não existe um quantitativo de ILPI’s cadastradas no Brasil, o que dificulta a coleta de dados, tal como a realização de ações, por não se conhecer a realidade desses estabelecimentos. Entretanto, neste relatório a ANVISA destaca apenas duas instituições existentes no Pará que se autodeclararam como ILPI’s e que possuem cadastrado no Governo Federal. Embora no relatório declare que foram encontradas duas ILPI’s na região norte, por meio de uma pesquisa realizada na web, foi possível encontrar no site da Econodata² 155 instituições no Estado do Pará, e 22 em Belém, consideradas casas de repouso, de caráter

² É uma empresa de tecnologia com informações detalhadas de empresas do Brasil, normalmente difíceis de obter por estarem espalhadas em inúmeras fontes de forma desestruturada.

filantrópico, público e privado. Essas instituições realizam atividades de assistência social, de cuidado à saúde, atividades recreativas, entre outras.

Foi perceptível uma carência quanto às informações sobre as instituições, muitas delas não possuem sites na internet ou não se declaram como instituição de longa permanência, o que dificulta o acesso à informação para a população. Além disso, é essencial que haja um trabalho de conscientização social principalmente com as famílias, afinal, muitas destas ainda não conseguem lidar com esse processo de envelhecimento, que não seja de uma forma excludente. Em relação à atuação dos órgãos governamentais, é preciso que se faça valer as legislações e políticas públicas vigentes, a fim de proporcionar qualidade nos serviços prestados, promovendo e assegurando de fato os direitos da população idosa.

Nesse cenário, o Serviço Social está inserido na promoção e garantia de direitos, pois no que tange a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993) é competência profissional trabalhar na elaboração, implementação, execução e avaliação das políticas sociais, assim como defender os direitos sociais, principalmente daqueles usuários que estão em condições de vulnerabilidade social, como por exemplo, os idosos que se encontram em situação de violência, exploração e abandono. Dessa forma, o Serviço Social também está posto nesse processo de envelhecimento saudável e na proteção social da população idosa, com a finalidade de que seus direitos enquanto cidadãos não sejam violados e que estes não sejam marginalizadas socialmente.

6 ENVELHECIMENTO E O SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social atua nas mais diversas expressões da questão social, que se manifestam e rebatem sobre a vida da população, tendo como exemplo, a população idosa – enfoque desta análise. O(a) Assistente Social está inserido nas políticas sociais que prestam serviços aos idosos, sendo importante que este profissional tenha clareza sobre as questões do envelhecimento, pois em seu cotidiano profissional, receberá demandas de idosos em busca do acesso aos direitos sociais, tendo em vista que é um grupo que vivencia constantes formas de violações de direitos no âmbito da saúde, assistência, previdência, habitação e lazer. Para realizar a análise da envelhescência, é necessário considerar a totalidade do processo de envelhecimento, tendo em conta que são “[...] determinados por: condição de classe das pessoas idosas; contextos social e histórico vivenciados ao longo de sua história de vida [...]” (TORRES, 2020, p. 47), entende-se que para compreender de maneira crítica a realidade

desses sujeitos, é imprescindível dar importância às suas particularidades, o meio em que está inserido, suas vivências e as suas condições de acesso às políticas sociais.

O trabalho do(a) Assistente Social com a população idosa é fundamentado na perspectiva da defesa da proteção social e dos direitos humanos, em razão disso é essencial que esse profissional tenha um olhar crítico da realidade, para reconhecer os idosos a partir de sua condição de classe social, raça/etnia e de gênero, tal qual analisar a realidade que está inserido, identificando as suas necessidades sociais, formas de estratégias de resistência e de sobrevivência (FRANÇA; FERREIRA, 2020; TORRES, 2020). O Serviço Social depara-se constantemente com desafios impostos pelo capitalismo, interferindo diretamente no trabalho desenvolvido pelo(a) Assistente Social, como a “[...] precarização dos vínculos trabalhistas, o aumento do desemprego e os cortes orçamentários no âmbito das políticas públicas, com a retração da ação do Estado na proteção social [...]” (FRANÇA; FERREIRA, 2020. p. 268), a regressão dos direitos sociais faz com que os diferentes processos de envelhecimento ocorram em uma sociedade de consumo e individualista, que gera insegurança e maior desigualdade social.

O comprometimento do(a) Assistente Social na defesa intransigente dos direitos humanos dentro dessa temática, requer aproximação do debate por meio da formação continuada, fomentando discussões entre os sujeitos de diferentes faixas etárias, visando conscientizar sobre os direitos dos idosos e no enfrentamento ao preconceito sofrido por esse grupo social, o que contribui na inserção dos idosos em um processo saudável e ativo de envelhecimento, fortalecendo então a participação popular em debates e decisões das ações do Estado para a realização de ações que atendam os interesses do idoso (FRANÇA; FERREIRA, 2020; TORRES, 2020). Desse modo, o(a) profissional de Serviço Social deve realizar a sua intervenção de forma crítica e reflexiva, em conjunto com as dimensões teórica-metodológica, técnico-operativa e ético-política, corroborando o compromisso com o Código de Ética da Profissão (1993), a fim de articular estratégias dentro da categoria com as suas entidades representativas, juntos a outras categorias profissionais, conselhos, associações, e outras organizações que tenham o interesse em somar a luta sobre os direitos da população idosa no país, para a criação e execução de políticas públicas efetivas, e contribuir com a superação do tema como problema social e fortalecendo a perspectiva do envelhecimento como conquista para a sociedade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se identificar, durante a construção desta pesquisa, os avanços no que diz respeito ao envelhecimento e o processo de luta e conquistas obtidas para os idosos no Brasil, mas principalmente desafios decorrentes da insuficiência de políticas públicas. Logo, podendo a princípio concluir que existem instituições em Belém do Pará, que trabalham com acolhimento, com incentivo e até mesmo empoderamento dos idosos, mas que infelizmente estas políticas sociais já existentes, por si só, não são suficientes para combater as diversas problemáticas que envolvem a existência de pessoas idosas na sociedade. No Brasil, esse processo já não é algo muito novo, há décadas é registrado o aumento populacional de pessoas acima de 60 anos de idade – e com isso a pirâmide etária brasileira vai passando por transformações e novas configurações. As mudanças ocorridas na demografia e posteriormente na pirâmide etária requer uma maior atenção do Estado, mas também o fortalecimento das lutas por direitos da pessoa idosa frente a um estado neoliberal, que muitas vezes deixa de lado a garantia de direitos fundamentais a este público, decorrente do financiamento precário de políticas públicas voltadas para a população idosa.

Diante do contexto político brasileiro no qual os idosos estão inseridos e no que diz respeito às ILPI's identificadas em Belém, e percebendo que estas são instituições de grande importância para a garantia do processo de envelhecimento digno da população, dando ênfase à pessoa idosa em vulnerabilidade social, instituições como estas consistem em importantes espaços que devem ser financiadas pelo Estado, em vista de garantir direitos a este segmento populacional conforme prevê o Estatuto do Idoso.

Portanto, o Serviço Social não está aquém destas demandas, no entanto, infelizmente esta profissão não atua individualmente, descolada de outros sujeitos da sociedade, mas é capacitado ao fortalecimento de movimentos sociais, ou seja, nesse processo cabe aos profissionais realizarem o trabalho de incentivo e emancipação em conjunto aos idosos de forma em que eles, protagonistas no que tange o envelhecimento e suas derivações, estejam na linha de frente desta luta. Mas, para além disso, sejam profissionais capazes de empenhar-se na viabilização dos direitos sociais, através dos programas e políticas sociais conforme prevê o código de ética do/a Assistente Social.

REFERÊNCIAS

ANVISA. **Resultados a partir da autodeclaração das Instituições de Longa Permanência para Idosos no enfrentamento da COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/relatorio-autoavaliacao-da->

estrutura-e-condicoes-sanitarias-para-a-prevencao-e-controle-da-covid-19-em-ilpi-2-002.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

BORN, Tomiko. Quem vai cuidar de mim quando eu ficar velha? Considerações sobre a família, asilo, (im)previdência social e outras coisas mais. **Revista Kairós – gerontologia**, v. 4, n. 2, p. 135-148, 2001.

BRASIL. **Lei nº 8.662, de junho de 1993 de Regulamentação da Profissão. Código de Ética do/a Assistente Social** – 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 01 set. 2021.

_____. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm. Acesso em: 28 ago. 2021.

_____. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm. Acesso em: 30 ago. 2021.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. As instituições de longa permanência para idosos no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 233-235 jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v27n1/14.pdf>. Acesso em 01 set. 2021.

_____, Ana Amélia, BARBOSA, Pamela. Instituições de longa permanência para idosos no Brasil: do que se está falando? In: ALCÂNTARA et al (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. IPEA, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9146>. Acesso em: 05 set. 2021.

Empresas de Instituições de Longa Permanência Para Idosos (Q-8711-5/02) em Belém, PA. Disponível em: <https://www.econodata.com.br/consulta-cnae/Q8711502-INSTITUICOES-DE-LONGA-PERMANENCIA-PARA-IDOSOS/PARA/BELEM>. Acesso em: 14 set. 2021.

FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho de; FERREIRA, Maria D'Alva Macedo. Envelhecimento, serviços socioassistenciais e serviço social em tempos de regressão dos direitos. In: TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Serviço Social e envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020, p. 249-275. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Livro_SERVI%C3%87O_SOCIAL_E_ENVELHECIMENTO_E-BOOK-120201020195516.pdf. Acesso em: 01 set. 2021.

NOVAES, R. H. L. **Os asilos de idosos no Estado do Rio de Janeiro – repercussões da (não) integralidade no cuidado e na atenção à saúde dos idosos**. 2003. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idosos, terceira idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** [online]. v. 15, n. 1, p.155-168, jan.-mar. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/kM6LLdqGLtgqpggJT5hQRCy/?lang=pt#>. Acesso em: 01 set 2021.

TORRES, Mabel Mascarenhas. O trabalho do Assistente Social com pessoas idosas: competências e demandas em debate. In: TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Serviço Social e envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020, p. 46-73. Disponível em: https://www.ufpi.br/arquivos_download/arquivos/Livro_SERVI%C3%87O_SOCIAL_E_ENVELHECIMENTO_E-BOOK-120201020195516.pdf. Acesso em: 01 set. 2021.